



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

SÉRGIO PORTUGAL VILAS BOAS

**O PROCESSO DE SUBSTITUIÇÃO DE IMPORTAÇÕES NO
BRASIL E A INDUSTRIALIZAÇÃO INTENSIVA: ANÁLISE
DO MODELO DE SUBSTITUIÇÃO DE IMPORTAÇÕES E DA
INSTALAÇÃO DO NÚCLEO FUNDAMENTAL DO
DEPARTAMENTO DE BENS DE PRODUÇÃO (1933-1961)**

Salvador

1999

SÉRGIO PORTUGAL VILAS BOAS

**O PROCESSO DE SUBSTITUIÇÃO DE IMPORTAÇÕES NO
BRASIL E A INDUSTRIALIZAÇÃO INTENSIVA: ANÁLISE
DO MODELO DE SUBSTITUIÇÃO DE IMPORTAÇÕES E DA
INSTALAÇÃO DO NÚCLEO FUNDAMENTAL DO
DEPARTAMENTO DE BENS DE PRODUÇÃO (1933-1961)**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal da Bahia como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Economia.

Prof. Orientador: Paulo Balanco

Salvador

1999

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer ao meu orientador, Prof. Paulo Balanco, pela boa vontade e paciência dispensadas em nossas reuniões de trabalho, quando tive a oportunidade de esclarecer as dúvidas surgidas no desenvolvimento da pesquisa e pelas valiosas observações e sugestões que em muito contribuíram para a realização desta monografia.

Agradeço também ao Prof. Plínio pelo apoio oferecido no que se refere à viabilidade do assunto escolhido.

Agradeço ainda ao Prof. Demóstenes pela atenção com que sempre me atendeu nas ocasiões em que conversamos a respeito do conteúdo desse trabalho.

RESUMO

O objetivo final desta monografia consiste em identificar e analisar os fatores que contribuíram para a instalação do departamento de bens de produção no Brasil. Evidentemente, para alcançá-lo tornou-se necessária a existência de objetivos intermediários, que se encontram nos capítulos 2 e 3, enquanto o objetivo final foi atingido no capítulo 4.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	06
2	O INÍCIO DA INDUSTRIALIZAÇÃO NO BRASIL	10
2.1	O ESGOTAMENTO DO MODELO PRIMÁRIO-EXPORTADOR E A PASSAGEM AO MODELO DE SUBSTITUIÇÃO DE IMPORTAÇÕES ..	10
2.2	A MUDANÇA NO PADRÃO DA ACUMULAÇÃO	11
3	A INFLUÊNCIA DA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL NO PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO VIA SUBSTITUIÇÃO DE IMPORTAÇÕES ..	14
3.1	A INDUSTRIALIZAÇÃO SUBSTITUTIVA DE IMPORTAÇÕES DURANTE A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL	14
3.1.1	Acumulação industrial e inflação	14
3.1.2	A redução do ritmo do desenvolvimento industrial	16
3.2	A INDUSTRIALIZAÇÃO SUBSTITUTIVA DE IMPORTAÇÕES NO PERÍODO CORRESPONDENTE AO PRIMEIRO DECÊNIO DO APÓS-GUERRA	18
3.2.1	A abundância de divisas e a política cambial (1946 -1947)	19
3.2.2	Os sistemas de controles cambiais	21
3.2.3	O avanço do processo de industrialização substitutiva de importações	25
4	A INDUSTRIALIZAÇÃO INTENSIVA (1956-1961)	34
5	CONCLUSÕES	39
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	41

1. INTRODUÇÃO

O objetivo final desta monografia consiste em identificar e analisar os fatores que contribuíram para a instalação do departamento de bens de produção no Brasil. Evidentemente, para alcançá-lo tornou-se necessária a existência de objetivos intermediários, que se encontram nos capítulos 2 e 3, enquanto o objetivo final foi atingido no capítulo 4.

O capítulo 2 teve como finalidade identificar as características, analisar e compreender a dinâmica do modelo de substituição de importações na década de 30. Nesse capítulo, realizamos uma exposição e análise sobre o início da industrialização no Brasil. Assim sendo, foi feito um estudo sobre o esgotamento do modelo primário-exportador e a passagem ao modelo de substituição de importações. Também nesse capítulo, examinamos a questão da mudança do padrão de acumulação e as características gerais do modelo de substituição de importações, dando ênfase à década de 30.

Na década de 30, dois fatores principais contribuíram para a crise do modelo primário-exportador e para a passagem a um novo modelo de desenvolvimento econômico: a depressão mundial e a revolução de 1930. A depressão mundial provocou estrangulamento externo e, conseqüentemente, queda na capacidade para importar. A revolução de 1930, marcou a ascensão da burguesia industrial rumo ao poder.

Nesse mesmo período, o estrangulamento externo provocou uma queda na receita proveniente das exportações, o que diminuía a capacidade para importar. Além disso, a política econômica adotada contribuiu para um aumento dos preços relativos das mercadorias importadas, assim, a conjugação desses dois fatores possibilitou o surgimento de excepcionais condições de rentabilidade para as empresas industriais já instaladas. Tal fato estimulou essas empresas a produzir internamente o que antes era importado.

A contribuição da revolução de 1930 para a quebra do modelo primário-exportador está ligada ao fato de que em decorrência dessa revolução houve uma perda de hegemonia política da aristocracia agrário-comercial brasileira. Assim, essa revolução marcou a vitória da burguesia industrial sobre os grandes latifundiários. A partir de 1930, o Estado já

apoiava os interesses da burguesia industrial, estabelecendo, assim, as condições políticas necessárias para o início e o avanço do processo de industrialização no Brasil.

Nesse período, houve uma crise de superprodução do café ao mesmo tempo em que baixavam os preços do produto no mercado internacional. Em busca de uma solução para o problema, o Governo elevou a taxa de câmbio para que o café se tornasse mais competitivo no mercado internacional. A desvalorização de moeda brasileira teve como consequência uma baixa ainda maior dos preços do café no mercado internacional, o que proporcionou um aumento no volume físico das exportações, mas, este aumento não era suficiente para absorver a superprodução de café, porque a demanda era pouco elástica em função dos preços. Para defender o mercado interno dos efeitos da crise do mercado internacional, era necessário manter o nível da demanda interna, e para isso, era preciso manter a renda do setor cafeeiro. Enfim, a solução encontrada pelo Governo foi a compra e destruição dos excedentes de café.

A partir de 1933, teve início o processo de industrialização no Brasil, pois a dinâmica da acumulação deixou de depender do setor externo e passou a ser determinada pela expansão industrial. Além disso, a acumulação de capital já se verificava através de um movimento endógeno. Durante a etapa primário-exportadora já havia capital industrial e uma relativamente insignificante expansão industrial, mas não havia industrialização, pois a dinâmica da acumulação era determinada pelo setor externo. Nesse período, já ocorria uma reprodução conjunta da força de trabalho e parte crescente do capital constante industriais, mas a reprodução ampliada do capital não acontecia de uma forma totalmente endógena, pois a indústria ainda dependia da importação de bens de produção que ainda não eram produzidos internamente.

O capítulo 3 tem como objetivo identificar qual a influência da Segunda Guerra Mundial no processo de industrialização substitutiva de importações no Brasil. Nesse capítulo analisamos a dinâmica do processo de substituição de importações durante o período da guerra e também no período correspondente ao primeiro decênio do após guerra no Brasil.

Durante os anos da guerra, o governo adotou uma política cambial semelhante à que foi utilizada na década de 30. Assim, manteve fixa a taxa de câmbio de forma que a moeda ficasse desvalorizada. Com a moeda desvalorizada, estimulava-se as exportações, pois os

produtos brasileiros tornavam-se mais competitivos no mercado internacional. Assim como na década de 30, essa política era uma forma de proteção ao setor cafeeiro, porque ao manter a renda desse setor, garantia-se a demanda interna.

No período da guerra verificou-se uma melhoria nas relações de troca e um aumento na demanda externa. A demanda interna também estava crescendo, o que oferecia grandes oportunidades de investimentos industriais, porém, durante a guerra, houve uma diminuição do ritmo de desenvolvimento industrial.

Durante a guerra, os países desenvolvidos foram obrigados a reduzir significativamente suas exportações, não apenas de bens de consumo, como também de bens de produção. Tal fato foi a causa da redução do ritmo do desenvolvimento industrial, pois as empresas industriais não podiam aumentar a capacidade produtiva, através da importação de bens de produção, na extensão necessária para satisfazer à demanda.

No período de 1940 a 1945, alguns fatores provocaram a elevação do ritmo inflacionário. A escassez de bens de consumo, em consequência da guerra, contribuiu para o aumento da inflação, pois ocorreu o racionamento de vários artigos e provavelmente mercado negro. Outro fator responsável pela elevação do ritmo inflacionário foi o crescente déficit da União, que se verificou devido à realização de grandes investimentos públicos. Em 1944, foi iniciada a construção da Usina de Volta Redonda e também foi criada a Companhia Hidroelétrica do São Francisco - CHESF - e investimentos públicos ocorreram na Amazônia para a Campanha da Borracha. Assim, com a elevação dos déficits da União, aumentavam as emissões para cobri-los, então a política monetária expansiva contribuía para a aceleração do processo inflacionário.

No período correspondente ao primeiro decênio do após-guerra houve um grande avanço no processo de substituição de importações. As empresas industriais puderam aumentar a capacidade produtiva, graças à grande quantidade de divisas que foram acumuladas durante a guerra. Além disso, o aumento dos preços do café no mercado internacional possibilitou uma melhoria nas relações de troca e, conseqüentemente, um aumento do poder de compra das exportações, o que elevava a capacidade para importar, viabilizando o processo de substituição de importações.

No imediato após-guerra, o Governo manteve a taxa de câmbio em um nível em que o cruzeiro ficava supervalorizado em relação ao dólar e deu total liberdade a todo tipo de importação. A política de liberalização das importações, inicialmente contribuiu para o avanço da industrialização, pois possibilitava o reequipamento da indústria, através da importação de bens de produção, mas, teve como resultado o rápido esgotamento das divisas acumuladas durante a guerra.

Na tentativa de solucionar os problemas existentes no balanço de pagamentos e a questão da redução das divisas, o Governo adotou um sistema rígido de controle das importações (que foi modificado várias vezes). Nesse sistema, as importações estavam subordinadas à concessão de licenças conforme uma lista de prioridades. Assim, as importações de bens de consumo foram dificultadas, enquanto as de bens de produção foram facilitadas, o que estimulava o processo de industrialização.

No capítulo 4 examinamos a segunda fase da industrialização brasileira, isto é, a fase da industrialização pesada. No período entre 1956 a 1961, foi implantado completamente o departamento de bens de produção na economia. Para que tal fato se verificasse foi fundamental o papel do Estado e a participação do capital estrangeiro, sob a forma de investimentos diretos. Assim, o Estado investiu significativamente em infra-estrutura e utilizou uma série de instrumentos de política econômica para viabilizar a instalação de empresas internacionais no Brasil. Além disso, o Estado realizou grandes investimentos em indústrias de base. Nesse período, a capacidade produtiva cresceu muito a frente da demanda final e, verificou-se uma nova mudança no padrão da acumulação.

2. O INÍCIO DA INDUSTRIALIZAÇÃO NO BRASIL

2.1 O ESGOTAMENTO DO MODELO PRIMÁRIO-EXPORTADOR E A PASSAGEM AO MODELO DE SUBSTITUIÇÃO DE IMPORTAÇÕES

A depressão mundial dos anos 30 e a Revolução de 1930 criaram as condições para o processo de ruptura com o modelo primário-exportador e para a passagem a um novo modelo de desenvolvimento econômico. As transformações que ocorreram nesta década não surgiram do nada, mas a crise prolongada dos anos 30 pode ser considerada como ponto crítico da ruptura com o tradicional modelo primário-exportador.

A Revolução de 30 foi marcada pela vitória da burguesia sobre a oligarquia agrário-comercial brasileira. Esta oligarquia dominou o Brasil durante quatro séculos. No período colonial, estava aliada aos interesses coloniais portugueses e, após a independência, representava os interesses comerciais dos países industrializados. Bresser Pereira (1982, p.35) coloca esta questão de forma clara:

“O significado fundamental da Revolução de 30, que lhe confere uma importância extraordinária no quadro da história econômica, política e social brasileira, é o de ter apeado do poder a oligarquia agrário-comercial brasileira, que por quatro séculos dominou o Brasil, inicialmente em conjugação com os interesses coloniais portugueses e, a partir da independência, em conjugação com os interesses comerciais dos países industrializados, particularmente da Inglaterra”.

O governo que se instaurou a partir de 1930 passou a apoiar os interesses da burguesia industrial, voltados para o mercado interno, tendo como objetivos retirar o País do atraso histórico, estimular o processo de industrialização e de desenvolvimento do capitalismo no Brasil.

Nos anos de depressão, o estrangulamento externo fez cair a receita proveniente das exportações, provocando, de imediato, uma diminuição de cerca de 50% na capacidade para importar. Além disso, houve uma crise de superprodução de café e uma diminuição dos seus preços no mercado internacional. Tomando consciência da gravidade da crise, o governo brasileiro elevou a taxa de câmbio e, depois, comprou os excedentes de café, com o objetivo de defender o mercado interno dos efeitos da crise do mercado internacional. A política econômica do Estado provocou um aumento dos preços relativos das mercadorias

importadas, tornando excepcional a rentabilidade dos investimentos industriais destinados ao mercado interno.

Com a desvalorização da moeda, baixou ainda mais o preço do café no mercado internacional, possibilitando um aumento de 25% das exportações em volume físico, mas a política cambial, embora tenha funcionado, não foi suficiente para manter o nível da demanda interna. As exportações aumentaram, mas este aumento não foi capaz de absorver a produção de café, pois a demanda era pouco elástica em função dos preços. Bresser Pereira (1982, p.37) esclarece que:

“Mesmo baixando os preços, os produtores continuariam a produzir e colher café até o ponto em que o simples custo da colheita e atividades subsequentes fosse maior do que o preço do café. Nesse momento, estaríamos diante do caos econômico”.

Os estoques invendáveis iriam pressionar sobre os mercados provocando maiores baixas de preços. Para que as perdas não se concentrassem apenas no setor cafeeiro, a solução encontrada pelo governo, tendo em vista proteger este setor, foi a compra e a destruição dos excedentes de café. Estes excedentes não foram estocados pelo governo, pois não havia previsão para o fim da crise, assim sendo, nos próximos dez anos, o mercado internacional não seria capaz de absorver a produção de café. Celso Furtado (1986, pp. 188-189) expõe muito bem esta questão:

“Mas não bastava retirar do mercado parte da produção de café. Era perfeitamente obvio que esse excedente da produção não tinha nenhuma possibilidade de ser vendido dentro de um prazo que se pudesse considerar como razoável. A produção prevista para os dez anos seguintes excedia, com sobras, a capacidade previsível de absorção dos mercados compradores. A destruição dos excedentes das colheitas se impunha, portanto, como uma consequência lógica da política de continuar colhendo mais café do que se podia vender.”

Ao comprar e depois destruir os excedentes de café, evitava-se uma diminuição de grandes proporções na renda do setor exportador, ao mesmo tempo em que se conseguia manter o nível de emprego na economia exportadora, e, indiretamente, nos setores produtores ligados ao mercado interno.

Na década de 30, foi fundamental a política do governo para a manutenção da demanda agregada. Além disso, como já vimos, a queda na receita proveniente das exportações reduziu a capacidade para importar do País, e a política econômica adotada provocou um aumento dos preços relativos dos produtos importados. A queda na capacidade de importar e o aumento dos preços relativos dos produtos importados contribuíram para o surgimento de excepcionais condições de rentabilidade para as empresas

industriais já instaladas. Tal fato possibilitou a acumulação de uma massa de lucros que, posteriormente, seria utilizada para a ampliação e criação de novas empresas.

Como já foi exposto anteriormente, a queda na receita proveniente das exportações provocou uma diminuição na renda do setor exportador, ao mesmo tempo em que aumentavam os preços relativos das mercadorias importadas e se contraía a capacidade para importar. Assim sendo, a oferta interna passou a satisfazer a demanda que antes era coberta com importações.

A demanda interna em crescimento oferecia grandes oportunidades de investimentos para o setor ligado ao mercado interno, mas este setor não podia aumentar sua capacidade produtiva sem importar máquinas e equipamentos, que estavam mais caros, devido a política de desvalorização da moeda. Além disso, a capacidade para importar havia se reduzido. Assim sendo, as fábricas, aumentavam sua produção através da utilização plena da capacidade produtiva instalada.

A política econômica do governo foi crucial para manter a demanda interna. Além disso, o país já possuía uma estrutura industrial relativamente diversificada. Durante a etapa primário-exportadora houve um desenvolvimento de algumas indústrias, tais como: bebidas, alimentos, mobiliários, roupas e metalurgia. Dessa forma, o aumento dos preços relativos dos produtos importados e a queda na capacidade para importar estimularam essas indústrias a produzir internamente o que antes era importado.

A política econômica adotada foi uma forma de proteção ao setor cafeeiro, pois mantendo-se a renda deste setor, mantinha-se a demanda interna. Dessa forma, com a persistência do estrangulamento externo e a manutenção do nível de renda das classes ligadas ao setor cafeeiro, estimulava-se o processo de substituição de importações¹, pois a demanda interna em crescimento oferecia grandes oportunidades de investimentos industriais.

O processo de substituição de importações teve início pela produção de bens de consumo final, pois a tecnologia utilizada neste setor era menos complexa e de menor intensidade de capital. Além disso, as indústrias de bens de consumo final podiam contar com a reserva de mercado provocada pela política econômica do governo.

¹ O termo “substituição de importações” não deve ser entendido no sentido literal, como a simples “diminuição ou desaparecimento de certas importações que são substituídas pela produção interna”, mas como um novo modelo de desenvolvimento econômico. Para melhor compreensão do conceito de “substituição de importações”, ver Maria da Conceição Tavares, *Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro*, 7ª edição, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1978, pp. 38-41.

O aumento dos investimentos das indústrias produtoras de bens de consumo final provocou uma expansão do mercado interno desses bens, devido ao crescimento da renda deste setor, e também porque não existiam restrições internas semelhantes às que dificultavam as importações desses produtos.

O crescimento da demanda interna viabilizava os investimentos industriais, mas os empresários brasileiros estavam impossibilitados de aumentar a produção na extensão suficiente para satisfazer essa demanda, devido as limitações na capacidade para importar. Assim sendo, muitas fábricas estavam operando através da utilização total da capacidade produtiva instalada. Para expansão da capacidade produtiva, através da importação de máquinas e equipamentos, ocorreu uma nova onda de substituições, pois tornava-se necessário restringir algumas importações menos essenciais para liberação das divisas necessárias à ampliação da capacidade produtiva.

No item seguinte, daremos continuidade à descrição e à análise da dinâmica do processo de substituição de importações no Brasil.

2.2 A MUDANÇA NO PADRÃO DA ACUMULAÇÃO

Em 1933 tem início o processo de industrialização no Brasil, pois a dinâmica da acumulação passou a ser determinada pela expansão industrial e a reprodução ampliada do capital tornou-se parcialmente endógena. Foi o que demonstrou muito bem Cardoso de Mello (1986, p. 110):

“Penso que em 1933 se inicia uma nova fase do período de transição, porque a acumulação se move de acordo com um novo padrão. Nesta fase, que se estende até 1955, há um processo de industrialização restringida. Há industrialização, porque a dinâmica da acumulação passa a se assentar na expansão industrial, ou melhor, porque existe um movimento endógeno de acumulação, em que se reproduzem conjuntamente a força de trabalho e parte crescente do capital constante industriais; mas a industrialização se encontra restringida porque as bases técnicas e financeiras da acumulação são insuficientes para que se implante, num golpe, o núcleo fundamental da indústria de bens de produção, que permitiria a capacidade produtiva crescer adiante da demanda, autodeterminando o processo de desenvolvimento industrial.”

Assim sendo, não podemos dizer que já havia industrialização durante a etapa primário-exportadora, pois a dinâmica da acumulação era determinada pelo setor externo e não pela expansão industrial, e a reprodução ampliada do capital não acontecia de forma endógena.

No modelo primário-exportador, as exportações funcionavam como variável exógena à qual se atribui a criação de uma significativa parcela da Renda Nacional e as importações, como fonte de suprimento dos diversos tipos de bens necessários à satisfação da demanda interna. Dessa forma, o setor exportador era o centro dinâmico de toda a economia.

Em 1933, com a mudança no padrão da acumulação, o centro dinâmico da economia se desloca para dentro da nação. Isto significa que houve uma substituição da variável exógena **demanda externa** pela variável endógena **investimento** como motor da economia. Tavares (1978, p. 34) coloca esta questão claramente:

“O primeiro ponto que se deve assinalar é a mudança das variáveis dinâmicas da economia. Houve uma perda da importância relativa do setor externo no processo de formação da Renda Nacional e, concomitantemente, um aumento da participação e dinamismo da atividade interna.”

No modelo de substituição de importações, o setor externo continuou sendo relevante para a economia, mas a dinâmica da acumulação passou a ser determinada pela expansão industrial. Entretanto, o setor externo contribuía para o processo de diversificação da estrutura produtiva, através da importação de máquinas, equipamentos e insumos básicos.

Durante o processo de substituição de importações, houve uma redução das importações de bens de produção, ao mesmo tempo em que se expandiam indústrias de bens de produção leves, tais como: indústria do aço, cimento, etc. Todavia, a expansão dessas indústrias não era suficiente para manter a capacidade produtiva crescendo à frente da demanda final.

A instalação do núcleo fundamental do departamento de bens de produção aconteceu de forma limitada e relativamente lenta, devido a ausência de recursos técnicos e financeiros para que sua implantação ocorresse de uma só vez. Para a instalação da indústria pesada, tornava-se necessário um grande aumento das dimensões da planta mínima e do investimento inicial. Além disso, a tecnologia não estava disponível no mercado internacional. No que se refere à indústria de bens de consumo final, a tecnologia era relativamente simples, estava disponível no mercado internacional e o volume do investimento inicial estava ao alcance dos empresários industriais.

Para a implantação do departamento produtor de bens de capital, os riscos eram muito grandes, devido à ausência de recursos técnicos, dificuldades de mobilização e centralização de capitais e também para obtenção de financiamento externo.

No que se refere à expansão das indústrias de bens de consumo final e às de bens de produção leves, os riscos eram baixos e a lucratividade, alta. Os lucros eram grandes para o capital industrial devido, principalmente, a dois fatores: a pouca competitividade do

sistema industrial, sob alto grau de proteção, e os custos relativos da força de trabalho eram baixos.

Os custos real e monetário da força de trabalho eram baixos devido ao crescimento vegetativo da força de trabalho urbano em função das migrações internas e ao baixo poder autônomo de organização dos trabalhadores. Dessa forma, o aumento dos salários não acompanhava o crescimento da produtividade, o que proporcionava margens crescentes de lucros. Além disso, as empresas conseguiram transferir aos preços o aumento dos custos monetários da mão-de-obra direta.

Com o aumento da demanda por matérias-primas agrícolas, a oferta agrícola respondeu de forma adequada, através do deslocamento da fronteira agrícola, de um melhor aproveitamento das terras do latifúndio e do crescimento da pequena produção mercantil.

O crescimento da procura por matérias-primas agrícolas provocou um aumento dos preços desses produtos. A elevação dos preços agrícolas, todavia, não restringiu a acumulação industrial, mas causou uma constante pressão inflacionária, pois o aumento dos preços agrícolas tinha como consequência o aumento dos preços dos bens de consumo final.

Os investimentos na indústria pesada de bens de capital não estavam ao alcance do capital industrial. A instalação do núcleo fundamental do departamento de bens de produção poderia realizar-se caso grandes empresas internacionais decidissem investir no Brasil, mas o período de 1930 a 1946 não foi favorável à exportação de capital em razão de uma série de acontecimentos provenientes da Grande Depressão e da Segunda Guerra Mundial. Cardoso de Mello (1986, p. 115) analisa muito bem esta questão:

“Durante os anos de crise nas economias centrais, o grande capital oligopolista passou por severas restrições financeiras decorrentes de fortes quedas de volume de vendas, quebra de margens de lucro e aumento da capacidade ociosa. No período imediato de recuperação da Depressão, os investimentos internos absorveram a maior parte do excedente de capital monetário nas economias centrais, e logo depois estourava a Guerra”.

No período após a crise mundial, houve uma grande competição capitalista internacional, assim sendo, a exportação de capital, sob a forma de investimentos diretos tornava-se limitada pelos países industrializados, que estavam preocupados com a defesa de suas vantagens tecnológicas e com a manutenção de uma capacidade básica de acumulação necessária para viabilizar a indústria bélica.

A industrialização continuou restringida até 1955. Dessa forma, a acumulação industrial continuou sendo limitada pela capacidade para importar. A demanda interna, em crescimento, proporcionava grandes oportunidades para investimentos industriais, mas a economia brasileira ainda estava na dependência quase total da importação de máquinas, equipamentos e insumos básicos, o que impedia que a capacidade produtiva crescesse à frente da demanda final.

3. A INFLUÊNCIA DA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL NO PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO VIA SUBSTITUIÇÃO DE IMPORTAÇÕES

3.1 A INDUSTRIALIZAÇÃO SUBSTITUTIVA DE IMPORTAÇÕES DURANTE A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

3.1.1 Acumulação industrial e inflação

No período da guerra, alguns fatores contribuíram para uma elevação do ritmo inflacionário. Uma das causas do aumento da inflação foi a escassez de bens de consumo devido à guerra, pois houve racionamento de vários artigos e provavelmente mercado negro. Outro fator responsável pelo incremento da inflação foi o crescente déficit da União. A guerra provocou um aumento das despesas governamentais, pois o governo teve gastos com equipamentos, ao enviar uma força expedicionária a Europa. Além disso, os investimentos públicos contribuíram para a elevação do déficit da União. Em 1944 teve início a construção da Usina de Volta Redonda, e também foi criada a Companhia Hidrelétrica do São Francisco - CHESF - e investimentos públicos ocorreram na Amazônia para a campanha da borracha. Assim sendo, com a elevação dos déficits da União, aumentavam as emissões para cobri-los. O saldo de papel-moeda emitido teve aumento de 153% entre 40 e 46, enquanto o crescimento do produto real foi de 39%. Dessa forma, o aumento da demanda monetária devido a essas emissões contribuiu para o incremento do ritmo inflacionário. No que se refere a questão da inflação, Singer (1982, p.30) diz o seguinte:

"O que importa notar é que data desta época o início dos investimentos públicos em obras de infra-estrutura e na indústria de base, cujo financiamento é feito mediante emissões, com efeitos inflacionários. A partir de então, a inflação não apenas transfere recursos dos consumidores, principalmente assalariados, aos empresários, mas também ao Estado que

assume funções empresariais em áreas que exigem investimentos em larga escala, fora do alcance da empresa privada ."

Devido ao alto grau de monopólio nos mercados e a relativa inelasticidade-preço da procura, os preços altos eram mantidos. Nesse período, não havia muita diversificação industrial e a oferta se concentrava em poucas empresas. No que se refere a inelasticidade-preço da procura, os consumidores tinham que aceitar preços elevados, pois não tinham muitas opções. Como já vimos, durante a guerra houve um aumento do ritmo inflacionário, mas o surto inicial da inflação teve suas origens na década de 30, ou seja, no início do modelo de substituição de importações. A queda na capacidade para importar e o aumento dos preços relativos dos produtos importados contribuíram para que fábricas já existentes produzissem internamente o que antes era importado, mas, os custos eram altos, e isso provocava aumento nos preços. Além disso, as indústrias responsáveis pela substituição de importações apresentavam um caráter monopolista. Tal fato viabilizou a imposição de preços altos e incrementou a acumulação de capital no setor industrial, a partir da reinversão de lucros. Com o avanço do processo de industrialização, os custos baixaram, devido a ganhos de escala, e o aumento da lucratividade das empresas industriais ampliava ainda mais a acumulação de capital industrial.

O processo de industrialização que teve início a partir de 1933 e que avançou até o final da década de 30 e durante a guerra continuou avançando, embora com dificuldades de ampliar a capacidade produtiva das empresas industriais, devido as restrições do comércio exterior, ocorreu com o desenvolvimento mais que proporcional do setor de bens de produção. Todavia, esse não era ainda o setor dominante da economia, pois sua capacidade produtiva não era capaz de satisfazer as necessidades correntes do processo de industrialização. Para que o setor de bens de produção se tornasse o setor dominante do processo de acumulação industrial era necessário que esse setor fosse capaz de manter a capacidade produtiva crescendo a um ritmo sustentado à frente da demanda final. Assim sendo, o setor dominante do processo de acumulação industrial continuou sendo o setor de bens de consumo não-duráveis, e este último estimulava o crescimento do setor de bens de produção, pois, evidentemente, o primeiro demandava os produtos oferecidos pelo segundo.

A relação entre o setor de bens de consumo acabados e o de bens de produção proporcionava a expansão de um proletariado urbano industrial, assim como contribuía para o crescimento das margens brutas de lucro nas empresas industriais. A lucratividade dessas empresas era alta, como já foi descrito anteriormente, pois o sistema industrial era pouco competitivo, devido ao alto grau de proteção e, além disso, os custos relativos da mão-de-obra eram baixos.

A criação do salário mínimo em 1943 foi favorável ao processo de acumulação de capital em dois aspectos: impedia que os custos da mão-de-obra direta aumentassem de forma a diminuir significativamente a lucratividade das empresas e, também, evitava que ocorresse uma grande queda do poder de compra da classe operária, o que provocaria uma grande redução do ritmo de expansão da demanda corrente. Tavares (1998, p. 136) coloca esta questão com clareza:

"As opiniões sobre esse ponto são divergentes. Do nosso ponto de vista, essa fixação de um piso ao salário urbano é relevante do ponto de vista da acumulação, já que, sem ela, a estrutura de remunerações da força de trabalho poderia ter-se aberto verticalmente, de tal modo que a expansão industrial ver-se-ia prejudicada sob dois ângulos, que representam as duas caras do processo de produção: o problema dos custos diretos da mão-de-obra e o problema da demanda dos setores que produziam bens de consumo-salário."

Para os setores produtores de bens de consumo não-duráveis, sem o piso do salário mínimo, poderia acontecer uma grande queda do poder de compra dos assalariados, e isso poderia provocar uma significativa redução da demanda corrente. Além disso, o salário mínimo dificultava o surgimento de possíveis pressões dos sindicatos no que se refere a aumentos salariais, que acabariam por aumentar os custos de produção das indústrias.

3.1.2 A Redução do ritmo do desenvolvimento industrial

A política econômica adotada durante os anos da guerra foi semelhante à que foi utilizada na crise dos anos trinta. Assim sendo, o governo manteve elevada a taxa de câmbio, de forma que a moeda continuasse desvalorizada. A desvalorização da moeda estimulava as exportações, pois os produtos brasileiros se tornavam mais competitivos no mercado internacional. Esta política era novamente uma forma de proteção ao setor cafeeiro, pois

mantendo-se a renda deste setor, mantinha-se a demanda interna. Dessa forma satisfazia-se os interesses dos fazendeiros e dos empresários industriais voltados para o mercado interno.

Nesse período, houve uma melhoria nas relações de troca e um aumento da demanda externa. Em 1943, as exportações de tecidos passaram a representar 13% das exportações brasileiras, por outro lado a oferta de produtos importados diminuía, pois as economias dos países industrializados estavam comprometidas com a guerra.

A demanda interna em crescimento oferecia grandes oportunidades de investimentos industriais, todavia, durante a guerra houve uma diminuição do ritmo do desenvolvimento industrial. Bresser Pereira (1982, p.41) esclarece que:

"Enquanto no quinquênio anterior a produção industrial brasileira crescera 43%, entre 40 e 44 aumenta em apenas 30%. Se considerarmos também 45, teremos um crescimento de 37% durante a guerra contra 49% nos seis anos anteriores. E se a produção industrial não apresentou índices favoráveis durante a guerra, o mesmo podemos afirmar em relação ao produto real e ao produto real per capita, que entre 40 e 45 crescem respectivamente, de apenas 23 e 8%."

A redução do ritmo do desenvolvimento industrial ocorreu devido ao seguinte fato: a industrialização brasileira ainda dependia quase que totalmente da importação de máquinas e equipamentos para aumentar a capacidade produtiva das empresas industriais. Em decorrência da guerra os países desenvolvidos tiveram que reduzir significativamente suas exportações, não apenas de bens de consumo, como também de bens de capital. Assim sendo, as fábricas não podiam aumentar a produção na extensão suficiente para satisfazer a demanda, ou seja, a capacidade produtiva não poderia crescer adiante da demanda. O limite da expansão industrial estava na utilização plena da capacidade produtiva instalada.

Nesse período houve um grande desenvolvimento da indústria têxtil, essa indústria que antes operava em regime de capacidade ociosa, passou a produzir além da sua capacidade normal, através da utilização total da capacidade produtiva instalada. "Entre 40 e 43 sua produção aumenta 59%. Em 45, quando as exportações de tecidos já se haviam reduzido, a

maquinaria das fábricas têxteis estava trabalhando em média mais de 14 horas por dia" (Pereira, 1982, p. 41).

Assim sendo, durante a guerra, o processo de industrialização continuou avançando, porém houve uma diminuição do ritmo do desenvolvimento industrial, pois, como já foi dito, a expansão industrial estava limitada pela dificuldade de importação de bens de produção.

3.2 A INDUSTRIALIZAÇÃO SUBSTITUTIVA DE IMPORTAÇÕES NO PERÍODO CORRESPONDENTE AO PRIMEIRO DECÊNIO DO APÓS-GUERRA

Neste período, o processo de substituição de importações avançou significativamente. A indústria nacional pôde aumentar a sua capacidade produtiva, graças a grande quantidade de divisas que foram acumuladas durante a guerra. Além disso, houve uma melhoria nas relações de troca e, conseqüentemente, um aumento do poder de compra das exportações. O fator responsável pela melhoria nas relações de troca foi o aumento dos preços do café no mercado internacional. A elevação da receita proveniente das exportações aumentava a capacidade para importar e, conseqüentemente, estimulava a industrialização por substituição de importações.

O Governo Vargas, embora ditatorial, se caracterizou por apoiar a industrialização brasileira. No final da guerra, quando ocorreu a queda de Getúlio Vargas, o governo provisório que o sucedeu e, em seguida o Governo Dutra, na posse de tantas reservas, abriram as portas a todo tipo de importação. Tal fato, inicialmente, contribuiu para o avanço da industrialização, mas, teve como resultado o rápido esgotamento das divisas acumuladas durante a guerra.

3.2.1 A abundância de divisas e a política cambial (1946 -1947)

No imediato após-guerra, foi adotada pelo Governo uma política de liberalização das importações. Essa política tinha como objetivos prioritários o combate à inflação e o reequipamento da indústria, através da importação de bens de produção. Assim sendo, o Governo manteve a taxa de cambio a um nível em que o cruzeiro ficava supervalorizado

em relação ao dólar e deu liberdade a todo tipo de importação. O aumento da oferta de bens de consumo acabados iria favorecer a baixa dos preços e as empresas industriais poderiam aumentar a capacidade produtiva, através da importação de bens de produção a preços baixos em cruzeiros.

Nos anos de 1946 e 1947 o país apresentou superávits na balança comercial, porém, os dados agregados não mostravam de forma clara o principal problema do setor externo da economia. O país estava obtendo grandes superávits comerciais com a área de moeda inconvertível, mas acumulava déficits crescentes com países de moeda forte. A melhoria das relações de troca e a redução das importações durante os anos da guerra permitiu a acumulação de reservas internacionais, "chegando a US\$ 634 milhões em fins de 1945. O superávit de quase US\$ 400 milhões na balança comercial em 1946 elevou o nível de reservas para cerca de US\$ 730 milhões em 1946. Entretanto, apenas US\$92 milhões desse total eram constituídos por moedas convertíveis, enquanto as reservas em moedas compensadas e libras bloqueadas chegavam a US\$ 273 milhões. Ao final de 1947, as reservas em moedas convertíveis estavam reduzidas a apenas US\$33 milhões" (Dib, 1985, p. 18)

Assim sendo, o grande problema da economia era o déficit com a área convertível. As divisas acumuladas durante a guerra não podiam ser totalmente utilizadas na importação, devido aos problemas de convertibilidade citados no parágrafo anterior. Além disso, dos US\$ 730 milhões de reservas totais em fins de 1946, US\$ 365 milhões (50%) eram reservas em ouro. Essas reservas estavam depositadas nos Estados Unidos e o Governo pretendia guardá-las estrategicamente, caso surgissem emergências futuras.

Os superávits na balança comercial obtidos em 1946 e 1947 ocorreram devido apenas ao excesso de exportações FOB sobre importações CIF para áreas de moeda inconvertível. Em consequência, o déficit com países de moeda forte crescia cada vez mais, chegando a superar US\$ 300 milhões no final de 1947.

O desequilíbrio do setor externo da economia foi em grande parte provocado pela Segunda Guerra Mundial. Devido ao conflito, grande parte das importações brasileiras se direcionaram para os produtos provenientes dos Estados Unidos. A guerra tornou muito difícil a importação de produtos europeus e conservou a capacidade de exportar dos

Estados Unidos, "de onde se originaram cerca de 60% das importações brasileiras em 1946-47 e para o qual se destinaram apenas 40% das exportações brasileiras naquele biênio" (Malan, 1984, p. 65)

Com o início da recuperação econômica, no pós-guerra, alguns países que tinham reduzido suas exportações em decorrência da guerra, conseguiram voltar a fornecer seus produtos no mercado internacional, o que afetou as pautas de exportação do Brasil. Assim, "cai a exportação brasileira de matérias-primas e, principalmente de manufaturas: estas chegaram a representar 20% de nossa pauta em 1945, caindo para 7,5% em 1946" (Vianna, 1987, p. 20-21). Por outro lado, as importações aumentaram devido às necessidades de reequipamento e seus preços subiram 75% em 1947 em relação a 1946, enquanto os preços das exportações aumentaram apenas 15% no mesmo período.

O país passou a acumular atrasados comerciais, que em fins de 1947 alcançaram aproximadamente US\$ 72 milhões. Tal fato influenciou no ritmo de produção das empresas industriais, pois muitos fornecedores deixaram de exportar para o Brasil, dificultando o processo de industrialização, no que se refere à necessidade de importação de bens de produção.

Como já foi mencionado, no imediato pós-guerra, o Governo manteve a taxa de câmbio a um nível em que o cruzeiro ficava supervalorizado e deu total liberdade a todo tipo de importação. Porém para que essa política fosse seguida, tornava-se necessário diminuir as importações de bens de produção, pois grande parte das divisas seriam utilizadas para a importação de bens de consumo acabados. Assim, ficou claro que essa política não podia ser seguida, pois poderia provocar aumento do desemprego e iria contrariar os interesses dos empresários industriais.

Como a política de liberalização das importações não deu certo e aumentava cada vez mais o desequilíbrio externo, foi decidido em 1947 adotar um regime de controle das importações. Podemos dizer que essa decisão foi uma reação contra a redução das reservas acumuladas durante à guerra e os significativos déficits em moedas conversíveis.

3.2.2 Os sistemas de controles cambiais

As importações começaram a ser controladas em 3 de junho de 1947 através da Instrução 25 da SUMOC. Essa instrução instituiu o regime de controle de câmbio por cooperação. Nesse regime, os bancos autorizados a operar com câmbio teriam que vender, compulsoriamente, ao Banco do Brasil 30% de suas compras de câmbio livre à taxa oficial de CR\$18,50 por dólar². Depois disso, o Banco do Brasil e os bancos autorizados vendiam as divisas ao público de acordo com uma lista de prioridades que beneficiava a importação de produtos essenciais.

A Instrução 25 da SUMOC (Superintendência da Moeda e do Crédito) não funcionou no que se refere à solução do desequilíbrio externo. O controle instituído por essa Instrução não era rígido e apresentava algumas falhas. Em primeiro lugar, era necessário que a CEXIN e a FIBAN³ realizassem um controle severo junto aos bancos comerciais para que esses seguissem os regulamentos estabelecidos. Além disso, para que as medidas dessa instrução funcionassem era necessário que houvesse cooperação por parte dos bancos comerciais,

mas nem sempre esses bancos estavam dispostos a cooperar. Também não havia um controle em relação ao prazo das operações, pois as importações poderiam entrar livremente no País se os exportadores concordassem em esperar pelo pagamento, nem foi estabelecido um controle quantitativo das importações e não apresentava relação alguma com a disponibilidade de divisas conversíveis e não conversíveis.

Em 1948, o Governo adotou um sistema mais severo de controle das importações que se baseava na concessão de licenças prévias para importar, conforme as prioridades governamentais, ao mesmo tempo em que mantinha fixa a taxa de câmbio. Esta foi fixada em um nível em que o cruzeiro ficava supervalorizado.

A política de controle das importações executada pela CEXIN e FIBAN foi crucial para a expansão industrial brasileira. "Por um lado, ao estabelecer um sistema de prioridades, as

² Os bancos comerciais autorizados a operar com câmbio compravam divisas no mercado livre. Em fevereiro de 1946, por força do Decreto-lei nº 9.025, estabeleceu-se o mercado livre, abolindo todas as restrições nos pagamentos à taxa de câmbio de pré-guerra de Cr\$18,50 para US\$1. Para maiores esclarecimentos sobre o mercado livre de câmbio, ver HUDDLLE, Donald L. Balanço de Pagamentos e Controle de Câmbio no Brasil: Diretrizes Políticas e Históricas. *Revista Brasileira de Economia*, 18, nº 1, mar. 1964, pp. 6-7.

³ As siglas CEXIN e FIBAN significam, respectivamente, Carteira de Exportação e Importação e Fiscalização Bancária. Estes dois órgãos pertenciam ao Banco do Brasil.

importações de equipamentos e matérias-primas foram facilitadas, ao mesmo tempo em que a importação de bens de consumo, dependente de licenças de importação, tornava-se extremamente problemática devido à sua baixa prioridade" (Pereira, 1982, p. 44). Assim sendo, o mercado interno de bens de consumo não-duráveis ficava reservado para a indústria nacional e, além disso, os empresários industriais podiam importar bens de produção a uma taxa de câmbio em que o cruzeiro estava muito valorizado.

No início de 1948, a Instrução 26 da SUMOC elevou para 75% as vendas de câmbio compulsórias dos bancos comerciais para o Banco do Brasil, ou seja, os bancos comerciais autorizados a operar com câmbio teriam que vender ao Banco do Brasil 75% de suas compras de câmbio livre. Além disso, as importações estavam subordinadas à concessão de licenças conforme uma lista de prioridades que estabelecia categorias fixas semelhantes às do regime anterior. "As importações das empresas limitavam-se, em base trimestral, a 25% do capital realizado ou à média trimestral das importações nos três anos anteriores. As concessões para a área de moeda forte eram examinadas no sentido de se verificar a possibilidade de serem redirecionadas para a área de moeda fraca. As licenças ficavam reunidas em três categorias: (a) de absoluta essencialidade; (b) de relativa essencialidade; (c) de imediata ou eventual conveniência" (Dib, 1985, p. 22). Assim sendo, 75% das disponibilidades de câmbio seriam destinadas para as importações isentas de licença⁴ e as que pertenciam à categoria (a), 20% seriam direcionadas para a categoria (b) e 5% para a categoria (c). Assim como no sistema anterior, os bancos comerciais autorizados vendiam as divisas aos importadores conforme o sistema de prioridades, mas os importadores deveriam possuir licença aprovada pela FIBAN. Dessa forma, dificultava-se a importação de bens de consumo não-duráveis, pois estes não estavam incluídos na categoria de absoluta essencialidade e, ao mesmo tempo, beneficiava a importação de bens de produção, porque estes bens se enquadravam nessa categoria.

Para corrigir o desequilíbrio externo, as exportações também foram controladas. O controle das exportações ocorria através de um sistema de embarque, de declarações de venda e de licenças prévias. Para todas as exportações eram exigidas licenças prévias, no entanto, as licenças só eram negadas para os produtos escassos no mercado interno e os de primeira necessidade para a população. "Os resultados obtidos de fretes, seguros e comissões

deveriam ser mantidos em contas nominais nos bancos autorizados. Essas contas só poderiam ser utilizadas para o pagamento de serviços no exterior ou vendidas ao Banco do Brasil" (Huddle, 1964, p. 17). Todas as exportações dependiam da aprovação da FIBAN. Este órgão verificava formulários de declarações de vendas e guias de embarque para descobrir se havia algum subfaturamento.

No regime anterior, como já foi mencionado, as importações poderiam entrar livremente no país se os exportadores estivessem dispostos a esperar pelo pagamento. No regime de licença prévia, não havia essa possibilidade, pois não se podia comprar câmbio sem licença oficial. Dessa forma, ao corrigir falhas em relação ao regime anterior, o novo regime se tornava mais eficiente no que se refere ao controle das importações.

Relativamente às trocas comerciais com os Estados Unidos, o regime de licença prévia provocou uma redução de 50% nas importações, quando comparadas com o nível anterior. Além disso, nesse período (junho de 1948), a demanda pelo café brasileiro aumentou nos Estados Unidos, o que contribuiu para o crescimento das exportações brasileiras direcionadas para aquele país (40% superiores em relação ao início de 1948). Em consequência, em junho de 1948, houve um saldo positivo na conta de comércio exterior com os Estados Unidos (US\$ 23,4 milhões).

No segundo semestre de 1948, o total do balanço de pagamentos ainda apresentava déficit, mas ocorreu um saldo positivo na balança comercial nas duas áreas: conversível e inconvertível (ver Tabela 1). A divergência que houve entre os sinais na balança comercial e no balanço de pagamentos aconteceu devidos aos seguintes fatos: o país possuía grandes dívidas internacionais, adquiridas na década de 20 e em anos anteriores; o Brasil não tinha frota mercante nem empresas de seguro marítimo; houve um investimento estrangeiro no Brasil que era bem superior ao de brasileiros no exterior, o que provocou uma grande saída anual de divisas.

Em 1948, as exportações aumentaram em relação a 1947, mas alguns produtos secundários tiveram suas exportações reduzidas. "Por exemplo, seis exportações — couros e peles, rícino, cera de carnaúba, fumo, borracha e tecidos de algodão — caíram em mais de US\$

⁴ As importações de produtos superessenciais, tais como petróleo, cimento, alguns gêneros alimentícios e as importações do Governo eram isentas de licença prévia.

90 milhões" ((Huddlle, 1964, p. 17). O principal motivo dessa redução encontra-se no fato de que os governos estrangeiros passaram a proteger e subsidiar suas próprias indústrias, diminuindo ou eliminando as importações. Com o avanço da recuperação econômica no após-guerra, a produção desses países aumentava, elevando os suprimentos dos produtos primários e, conseqüentemente, diminuindo os preços.

Como já mencionamos, o controle cambial se constituiu num poderoso estímulo à industrialização brasileira, pois dificultava a importação de bens de consumo não essenciais e viabilizava a importação de bens de produção. Todavia, o objetivo desse controle, que era diminuir os atrasados comerciais, não foi alcançado,

Tabela 1

Balanco de Pagamentos do Brasil - 1946-1952

Contas	1946	1947	1948	1949	1950	1951	1952
A) Balança comercial	391	130	278	153	425	68	-286
Exportação (FOB)	985	1.157	1.183	1.100	1.359	1.771	1.416
Importação (FOB)	-594	-1.027	-905	-947	-942	-1.703	-1.702
B) Balanco de serviços	-178	-273	-232	-263	-263	-469	-336
Serviços não fatores	-113	-216	-179	-134	-171	-316	-262
Serviços fatores	-65	-41	-94	-94	-112	-154	-74
C) Transferências	-24	-24	-7	-3	-2	-2	-2
D) Saldo em conta corrente (A+B+C)	188	-151	-2	-82	140	-403	-624
E) Conta de capital	-3	12	-51	-74	-65	-11	35
Investimentos diretos	-5	-36	25	5	3	-4	9
Empréstimos e financ.	23	32	9	40	28	38	35
Amortizações	-21	-48	-61	-107	85	-27	-37
Capitais de curto prazo	—	-8	13	-12	-11	-18	24
Subscrições em Inst. Intern.	—	-37	—	—	—	—	—
F) Erros e omissões	-89	-43	29	82	-23	123	-26
G) Saldo global (D+E+F) [Superávit (+) ou Déficit (-)]	96	-182	-24	-74	52	-291	-615
H) Capitais compensatórios	-96	182	24	74	-52	291	615
Atrasados comerciais	—	72	-22	28	-106	26	541
Operações de Regularização	—	80	—	38	—	28	-28
Haveres/Obrig. a curto prazo (aumento -)	-95	30	9	9	55	238	103
Ouro monetário							

(aumento -) -1 — 37 -1 -1 -1 -1

Fonte: DIB, Maria de Fátima Serro Pombal, 1985, p. 19.

porque não ocorreu diminuição, e sim, pelo contrário, um aumento desses atrasados (ver Tabela 2). Os atrasados comerciais que, em dezembro de 1948, eram de US\$ 116,5 milhões se elevaram para US\$ 136 milhões em fevereiro de 1949. Como podemos ver na Tabela 2, somando-se os US\$ 136 milhões com

os US\$ 89 milhões referentes aos compromissos⁵, chega-se a um total de US\$ 225 milhões. Esse valor significa o total de aplicações de câmbio pendentes.

Tabela 2

**Reservas de dólares disponíveis a curto e médio prazo (fev. 1949)
(US\$)**

Ativo:

Total do ouro	\$ 317 milhões	
Dólares	63 milhões	\$ 380 milhões

Compromissos:

Exigências legais de reserva (25% de 1.117.800 — Cr\$ 295 milhões)	\$ 15,9 milhões
Atrasados em dólar	136,0
Compromissos	89,0
Empréstimos de estabilização do <i>Federal Reserve Bank</i>	60,0
Dívida externa (Empréstimos e arrendamentos)	56,0
	356,9 milhões

Reserva utilizável:	\$ 380,0 milhões
	356,9

US\$ 23,1 milhões

Fonte: HUDDLLE, Donald L., 1964, p. 20.

Em junho de 1949, o regime cambial brasileiro foi modificado novamente. Naquele ano, foi criado o orçamento de câmbio com licença. No regime anterior, sem um orçamento de câmbio, não havia muita coordenação entre o órgão que verificava as disponibilidades de câmbio e o órgão que emitia as licenças de importação. Um dos objetivos dessa mudança era diminuir os atrasados comerciais. Em 1950, esse objetivo quase foi alcançado, através

da utilização das reservas de câmbio, porém o país teve que contrair novos empréstimos no exterior para cobrir outras dívidas e atrasados comerciais.

Tendo em vista que uma análise mais profunda sobre os efeitos dos controles cambiais no balanço de pagamentos não constitui o objetivo principal dessa monografia, analisaremos em seguida o processo de industrialização via substituição de importações e também a questão da inflação.

3.2.3 O avanço do processo de industrialização substitutiva de importações

Como já foi visto, em fins de 1946, o país possuía US\$ 730 milhões de reservas totais, porém apenas US\$ 100 milhões eram reservas líquidas disponíveis para a área conversível. Assim, esse saldo de divisas disponíveis contribuiu para estimular o processo de industrialização, possibilitando a importação de bens de produção de que a indústria tanto necessitava durante a guerra⁶, para aumentar a sua capacidade produtiva. Além disso, houve uma melhoria nas relações de troca e, conseqüentemente, um aumento do poder de compra das exportações.

O fator responsável pela melhoria nas relações de troca foi o aumento dos preços do café no mercado internacional. "Enquanto em 46, o preço médio da saca de café era 22,41 dólares, em 55 tínhamos um preço médio de 61,62 dólares" (Pereira, 1982, p. 43).

Essa situação relativamente favorável do setor externo contribuiu para o avanço do processo de industrialização na medida em que proporcionava um aumento da capacidade de importar, através da geração de significativa quantidade de divisas. Assim, estimulava-se o dinamismo da economia, pois se conjugava a expansão dos setores ligados ao mercado interno com uma melhoria das condições do setor exportador.

No imediato após-guerra, com a política de liberalização das importações, embora muitas divisas tivessem sido desperdiçadas nas importações de bens de consumo acabados, teve início o reequipamento da indústria nacional, através das importações de bens de

⁵ Existe uma diferença entre atrasados e compromissos: nos atrasados, as mercadorias já foram importadas, enquanto nos compromissos, a licença prévia foi concedida, mas as mercadorias ainda não chegaram.

⁶ As divisas disponíveis não foram totalmente utilizadas para a importação de bens de produção, pois o governo liberou todo tipo de importação.

produção. Durante a guerra a taxa média de crescimento do produto interno real foi de 4,7% (ver Tabela 3). No período de 1946-1950⁷, essa taxa aumentou para 7,3%. No período de 1951 a 1955, caiu para 5,7%, mas, mesmo assim, mantinha-se ainda em um nível relativamente elevado. No que se refere à produção industrial, o crescimento médio anual, que durante a guerra foi de 6,2%, elevou-se para 8,9% no período de 1946 a 1950 e continuou relativamente elevado no período de 1951 a 1955, apesar de cair 0,8 pontos percentuais, como mostra a Tabela 3.

Tabela 3

PRODUTO INTERNO REAL E PRODUÇÃO INDUSTRIAL
(taxa anual média de crescimento por períodos)

Períodos	Produto Interno real	Produção Industrial
1940-1945	4,7%	6,2%
1946-1950	7,3%	8,9%
1951-1955	5,7%	8,1%
1956-1961	6,0%	11,0%
1962-1965*	1,9%	2,4%

*Estimativa para o primeiro semestre.

Fonte: Pereira, 1982, p. 43.

Em junho de 1947, com a redução das divisas acumuladas durante a guerra, surgiu a primeira tentativa do governo de combater o desequilíbrio externo através de um sistema de controles cambiais, esse sistema foi modificado diversas vezes, como mostramos no tópico anterior. Embora o objetivo principal do governo fosse combater os problemas relacionados com o balanço de pagamentos, buscando racionar e utilizar melhor a moeda estrangeira disponível, os

⁷ Como já foi mencionado anteriormente, a política de liberalização das importações só vigorou até junho de 1947. A partir dessa data, os controles cambiais passaram a influenciar na industrialização e na economia.

controles contribuíram muito para a expansão industrial no após-guerra, pois as importações de bens de produção foram facilitadas, enquanto as importações de bens de consumo dependentes de licenças de importação foram dificultadas por apresentar baixa prioridade.

Conceição Tavares (1978, p. 71) examina muito bem esta questão:

"Esse controle baseava-se, porém, na manutenção da taxa de câmbio vigente e no controle quantitativo das importações que discriminava violentamente contra os bens de consumo não-essenciais, ao mesmo tempo em que mantinha relativamente baratas as importações de produtos intermediários e de bens de capital. Daí, resultou, naturalmente, um estímulo considerável à implantação interna de indústrias substitutivas desses bens de consumo, sobretudo os duráveis, que ainda não eram produzidos dentro do país e passaram a contar com uma proteção cambial dupla, tanto do lado da reserva de mercado como do lado dos custos de operação. Esta foi basicamente a fase da implantação de indústria de eletrodomésticos e outros artefatos de consumo durável."

Nesse período, de grande expansão industrial, agravou-se o desequilíbrio no balanço de pagamentos.⁸ Na tentativa de resolver ou amenizar esse problema, foi editada em 1953 a Instrução 70 da SUMOC. Essa instrução substituiu o controle direto das importações por um regime de leilão de divisas, no qual as importações se classificavam em cinco categorias, conforme o seu grau de essencialidade e as possibilidades de produção interna. Nesse sistema, a taxa cambial média efetiva foi elevada, possibilitando a redução da quantidade de importações ao nível da capacidade para importar e contribuindo para que a produção interna de vários produtos industriais básicos e matérias primas se tornasse relativamente mais viável, pois o preço de importação em cruzeiros passou a subir consideravelmente, devido à necessidade de pagamento de crescentes ágios cambiais.

A grande expansão industrial ocorrida nesse período não se deu de forma homogênea entre os setores industriais. Como é típico do processo de desenvolvimento, a estrutura econômica do país se transformava. Assim, no final da guerra, podemos dizer que a indústria de bens de consumo não-duráveis já estava instalada. No primeiro decênio do após-guerra desenvolveu-se também a indústria de bens de consumo duráveis, assim como

continuou se desenvolvendo o setor de bens de produção, mas esse setor ainda não era capaz de manter a capacidade produtiva crescendo a um ritmo sustentado à frente da demanda final. Bresser Pereira (1982, p. 46) descreveu muito bem a questão do desenvolvimento do setor de bens de produção no após-guerra:

"O desenvolvimento da indústria de bens de produção nesse período pode ser ilustrado com os seguintes dados: entre 47 e 54, a produção de bens de capital cresceu 147%. Embora nossas importações entre 47 e 54 crescessem 105% (o que foi possível devido em grande parte à melhoria das relações de troca desse período, conforme já vimos), a participação dos bens de capitais produzidos internamente nos investimentos totais, que era de 54,2% em 47, elevou-se para 72,9% em 54. A baixa participação dos bens de capital nacionais em 47 pode em parte ser explicada pela facilidade de importar equipamento logo no após-guerra. Assim mesmo, porém, esse aumento de 54,2% para 72,9% da participação dos bens de capitais produzidos internamente, quando as importações totais mais do que dobravam, revela bem o desenvolvimento da indústria de bens de produção do Brasil naquele período."

Assim, conforme a descrição de Bresser Pereira, podemos verificar que houve um significativo desenvolvimento do setor de bens de produção no após-guerra, mas o setor dominante do processo de acumulação industrial continuou sendo o setor de bens de consumo não-duráveis, ao mesmo tempo em que estimulava o crescimento do setor de bens de produção, pois demandava os produtos fornecidos por esse último.

Segundo Pereira (1982, p. 45), no período entre 1948 e 1955, ocorreu um aumento de 87% na produção industrial global. A produção da indústria têxtil aumentou 61% e o aumento da produção da indústria de alimentos foi de 77%. Nesse período, a produção da indústria metalúrgica e da indústria química aumentaram 172 e 608%, respectivamente. O fator responsável pelo grande desenvolvimento da indústria química foi a criação da Petrobrás em 1953. Assim sendo, podemos notar que no primeiro decênio do após-guerra, houve uma significativa expansão dos três departamentos da economia: o departamento I, produtor de bens de produção; o departamento II, produtor de bens de consumo não-

⁸ O aumento do desequilíbrio no balanço de pagamentos ocorreu devido ao aumento das importações decorrente da expansão industrial.

duráveis e o departamento III, produtor de bens de consumo duráveis⁹. Porém, nessa fase de transição, a industrialização continuou restringida, pois o departamento de bens de produção ainda não havia se instalado completamente.

O processo inflacionário, que teve suas origens no início da década de 30 e que teve seu ritmo aumentado durante a Guerra, continuou até o ano de 1947. Nesse ano, o Governo Dutra adotou uma série de medidas que possibilitaram uma queda significativa da inflação no ano de 1948 "De fato, o custo de vida em 1948 subiu apenas 3,5% no Rio e 9% em São Paulo, e no ano seguinte as elevações foram de 5% no Rio e de -2% em São Paulo, onde, de acordo com os dados da Prefeitura, o custo de vida teria baixado" (Singer, 1982, p. 33).

O Governo Dutra se caracterizou pela repressão às atividades comunistas, colocando o PCB na ilegalidade, e pela intervenção do Ministério do Trabalho nos principais sindicatos. Essas medidas provocaram uma perda da autonomia sindical, e isso possibilitou ao Governo a imposição de um semicongelamento dos salários. Tal fato contribuiu para a queda da inflação, pois o aumento dos salários era uma das causas da inflação. Os aumentos salariais elevavam o custo real da mão-de-obra e, em consequência, os preços subiam, fazendo os sindicatos reivindicarem novos reajustes salariais. Assim, a política antiinflacionária cortou a espiral preços-salários.

A queda da inflação não se deu apenas devido a medidas que cortaram a espiral preços-salários, pois como foi dito no parágrafo anterior, os aumentos salariais não eram a única causa da inflação, mas, uma das causas do processo inflacionário. Assim sendo, a política de comércio exterior através dos regimes de controles cambiais também contribuiu para uma redução do ritmo inflacionário.

Em 1946, a demanda que estava contida durante a guerra devido aos impedimentos bélicos ao comércio internacional, se manifestou significativamente, o que provocou um aumento dos preços dos produtos importados, enquanto os preços dos produtos de exportação aumentaram relativamente pouco. "Em 1946, os preços de nossos produtos de exportação

⁹ Nos esquemas de reprodução ampliada de Marx, estudava-se a reprodução a partir das relações entre dois departamentos, o produtor de bens de produção e o produtor de bens de consumo. Mais tarde, Kalecki, em sua *Teoria da Dinâmica Econômica — Ensaio sobre as mudanças cíclicas e a longo prazo da economia capitalista*, Parte II — amplia o esquema de Marx, criando um departamento produtor de bens de consumo para capitalistas, que é correspondente ao departamento produtor de bens de consumo duráveis.

aumentaram, em média, 23%, ao passo que os dos de importação aumentaram, 79%" (Singer, 1982, p. 35). Assim, nesse ano, ocorreu uma deterioração dos termos de troca, mas, nos anos seguintes, houve uma melhoria nas relações de troca, devido ao aumento dos preços do café no mercado internacional.

O aumento dos preços do café no mercado internacional elevava significativamente a lucratividade dos cafeicultores, mas o Governo manteve a taxa de câmbio a um nível em que o cruzeiro estava supervalorizado em relação ao dólar, o que possibilitou uma transferência de recursos do setor exportador para os setores de mercado interno. Os grandes lucros dos cafeicultores eram reduzidos quando eles vendiam os dólares provenientes das exportações, pois o cruzeiro estava supervalorizado em relação ao dólar. No que se refere à indústria nacional, os empresários podiam importar bens de produção a uma taxa de câmbio relativamente baixa, ao mesmo tempo, em que podiam contar com a reserva de mercado, pois a importação de bens de consumo final estava dificultada devido a sua baixa prioridade.

Nesta monografia, adotamos o conceito de substituição de importações, conforme a visão de Conceição Tavares (1998, p. 128). Assim sendo, do ponto de vista conceitual, o processo de substituição de importações teve início em 1933 e terminou em 1955, pois a industrialização por substituição de importações se deu devido a restrições externas. Como vimos no Capítulo 1, em 1933 houve uma mudança no padrão da acumulação e, conseqüentemente, o início de uma nova fase do período de transição. A partir desse ano, teve início o processo de industrialização, pois a dinâmica da acumulação passou a ser determinada pela expansão industrial. Durante a etapa primário-exportadora já havia capital industrial e expansão industrial, mas essa expansão não comandava o processo de acumulação de capital, uma vez que a dinâmica da acumulação era dependente do setor externo. No período de 1955 a 1961, durante o qual se instalou o departamento de bens de produção, a industrialização não ocorreu devido a restrições externas, mas sim, através da presença crescente do Estado e das filiais estrangeiras. Assim sendo, do ponto de vista conceitual, o processo de substituição de importações não continuou a se verificar nesse período.

Apesar da grande expansão industrial ocorrida no primeiro decênio do pós guerra, a industrialização continuou sendo restringida até 1955, pois o departamento produtor de bens de produção ainda não havia se instalado completamente no país. No próximo capítulo, denominado de industrialização intensiva¹⁰, examinaremos a consolidação do desenvolvimento industrial, ou seja, a instalação do departamento I no Brasil.

4. A INDUSTRIALIZAÇÃO INTENSIVA (1955-1961)

No período entre 1955 e 1961 foi fundamental o papel do Estado e das empresas internacionais para que ocorresse uma nova mudança no padrão da acumulação. Como vimos no Capítulo 1, a partir de 1933 a reprodução ampliada do capital já se verificava de forma endógena, mas, no período da chamada industrialização intensiva, a reprodução ampliada do capital não somente acontecia endogenamente, como também era dominante. Assim, nesse período foi crucial a ação do Estado e a participação das empresas internacionais para que a industrialização deixasse de ser restringida, ou seja, para que ocorresse a implantação do núcleo fundamental do departamento de bens de produção.

Nessa nova fase da industrialização, a estrutura do sistema produtivo avançou consideravelmente, já que houve um grande progresso da tecnologia. Além disso, a capacidade produtiva cresceu muito à frente da demanda preexistente. Desse modo, tanto

¹⁰ Adotamos o termo "industrialização intensiva", criado por João Manuel Cardoso de Mello na obra citada anteriormente.

no departamento de bens de produção quanto no de bens de consumo duráveis ocorreu uma expansão acelerada da capacidade produtiva antes de se verificar o aumento de seus mercados.

A industrialização intensiva, que se iniciou a partir do Plano de Metas formulado no governo de Juscelino Kubitschek, se deu através dos grandes investimentos realizados pelo Estado em indústrias de base e em infra-estrutura, e também devido à participação do capital estrangeiro sob a forma de investimentos diretos. Com o objetivo de viabilizar a instalação de empresas internacionais no Brasil, o Estado investiu maciçamente em energia elétrica, água, transportes e também aumentou sua participação — e em alguns casos, passou a participar — de alguns segmentos cruciais do departamento de bens de produção, como, por exemplo, combustíveis líquidos, siderurgia, alumínio, papel e celulose, etc.

Nessa fase da industrialização brasileira, o Governo utilizou alguns instrumentos de política econômica para cobrir o déficit fiscal e também viabilizar a instalação de empresas internacionais. O déficit fiscal era utilizado pelo Estado como forma de viabilizar seus gastos em infra-estrutura básica (rodovias, energia, água). Por isso, a política monetária era expansiva, ou seja, o Estado emitia moeda para cobrir o déficit e, em consequência, aumentava o processo inflacionário. A Instrução 173 da SUMOC beneficiava os investidores estrangeiros, porque permitia que as empresas estrangeiras instaladas no país importassem bens de produção sem cobertura cambial¹¹. A política cambial valorizava o cruzeiro em relação ao dólar dificultando exportações e viabilizando importações. Assim, era utilizado o chamado confisco cambial, isto é, a transferência de recursos do setor exportador para os setores industriais. A política fiscal era conservadora, tendo em vista que praticamente congelava a expansão das receitas do Estado. Outros instrumentos de política econômica foram o crédito oficial subsidiado e a criação de grupos executivos (por exemplo: grupo executivo para materiais elétricos, para siderurgia, etc.). O primeiro consistiu na fixação de taxas de juros abaixo da inflação. Essa medida de subsídio ao crédito teve como resultado o aumento do déficit fiscal. O outro se caracterizou pela doação de terrenos e isenção de tarifas.

¹¹ O termo "sem cobertura cambial" significa a importação de bens de produção sem saída de divisas, ou seja, trata-se de transferência da matriz para a filial.

A instalação do departamento de bens de consumo duráveis teria como consequência um aumento das receitas fiscais do Estado, mas a implantação do "departamento III necessitava de um certo período de maturação durante o qual a inelasticidade das receitas fiscais do Estado revelar-se-ia crucial, isto é, o Estado não poderia, a curto prazo, captar parte do excedente que a produção do novo departamento III propiciaria" (Oliveira, 1984, p. 85). Assim sendo, para cobrir o déficit fiscal, o Estado recorreu ao financiamento inflacionário. Nesse período, tornava-se necessária a realização de uma reforma tributária, a qual não aconteceu devido ao seguinte fato: o discurso populista, de Getúlio Vargas continuou durante o governo Juscelino Kubitschek, então a reforma tributária não ocorreu porque contrariava o discurso populista, isto é, o aumento dos impostos deixaria o povo insatisfeito, o que teria como consequência a perda de popularidade do governo.

Nesse período, houve uma significativa entrada de capital europeu, enquanto as empresas internacionais norte-americanas se mostravam desinteressadas em investir no Brasil e direcionavam seus investimentos para a Europa, onde sua participação era relativamente pequena. As empresas européias já haviam se expandido antes na Europa, então, "encontrando um esquema de acumulação bastante bem definido em que se apoiar e gozando de amplos incentivos, a grande empresa oligopólica estrangeira, predominantemente a européia decidiu investir no Brasil. Resolviam-se, simultaneamente, dois problemas: o da estreiteza da capacidade para importar, que ela própria criava ao exportar capital, e o de mobilização e concentração de capitais, pois que suas transferências para aqui eram marginais em termos de blocos de capitais manejados pelas matrizes" (Mello, 1986, pp. 118-119).

Durante a fase da industrialização pesada não houve contradição entre o capital nacional e o capital estrangeiro, mas pelo contrário as pequenas e médias empresas nacionais se beneficiavam da presença das empresas multinacionais, através das quais ganhavam dinamismo, já que a demanda proveniente dessas empresas estimulava o surgimento, a expansão e a modernização das pequenas e médias empresas nacionais. Com a implantação da indústria automobilística, por exemplo, aumentaram as oportunidades de investimentos na indústria de autopeças, na indústria de base e, ainda, no setor de comercialização dos veículos produzidos. Assim, além de estimular investimentos nesses setores, ampliaram-se

as oportunidades de emprego e, conseqüentemente, ocorreu uma elevação na massa de salários.

A elevação da massa de salários, proveniente dos investimentos nos departamentos de bens de produção e de bens de consumo duráveis, estimulava a expansão das empresas nacionais e estrangeiras situadas no departamento de bens de consumo não-duráveis, pois aumentava a demanda por esses produtos. "Desse modo, já no início da industrialização pesada, a indústria de bens de consumo para assalariados configura um mercado relativamente unificado à escala nacional e competitivo do tipo oligopolístico, em que grandes empresas nacionais e estrangeiras convivem com um conjunto de pequenas e médias empresas nacionais. Por isto mesmo, com a aceleração do crescimento industrial entre 1956 e 1961, a taxa de acumulação das grandes empresas nacionais e estrangeiras sobe mais que proporcionalmente à taxa de acumulação global do setor, mas há lugar, também, não somente para a expansão das empresas pequenas e médias existentes, como para a entrada de novas" (Mello, 1986, pp. 120-121).

Na década de 50, verificou-se uma baixa taxa de crescimento do emprego na indústria. Tal fato se deve à grande modernização ocorrida no departamento tradicional de bens de consumo não duráveis, que teve início no imediato após-guerra e se acelerou entre 1949 e 1952.

O bloco de investimentos novos modificou muito mais a estrutura da capacidade produtiva do que a estrutura da demanda. Do ponto de vista da estrutura de consumo, a demanda interna era condicionada por uma distribuição da renda concentrada e por padrões de consumo internacionais para as camadas de altas rendas. Em 1954, ocorreu uma grande elevação do salário médio real urbano, a qual foi relativamente mantida até 1959. Esta elevação salarial, aliada a um intenso processo de urbanização, possibilitou um significativo crescimento da demanda urbana em benefício do departamento de bens de consumo não-duráveis. Naturalmente, se a estrutura urbana de consumo houvesse crescido principalmente devido à expansão dos novos setores, as modificações nessa estrutura seriam maiores.

No período entre 1956 e 1961, em razão da ênfase que se deu à indústria, a agricultura ficou marginalizada. O Plano de Metas não deu prioridade à agricultura. Logo, o

crescimento do setor agrícola nesse período foi de 4,5%, isto é, não houve alteração na estrutura fundiária.

No final dos anos 50, agravaram-se os problemas no balanço de pagamentos, em função, em primeiro lugar, da deterioração dos termos de troca. Os produtos nacionais começaram a perder valor, enquanto as importações atingiam alto valor. Também houve uma queda nos preços internacionais do café. Nesse período, ocorreu superprodução do café, principal produto das exportações brasileiras. O segundo fator foi o aumento, de serviços do capital estrangeiro e o terceiro, a hostilidade dos organismos internacionais de crédito, no que se refere à concessão de empréstimos. Essa hostilidade deveu-se ao caráter protecionista da indústria nacional brasileira e à instabilidade política do país (reivindicações dos trabalhadores; renúncia de Jânio Quadros e ascensão do governo João Goulart, com traços nitidamente nacionalistas).

A industrialização intensiva se constituiu num ciclo expansivo da economia. Mas, uma expansão industrial como a que acabamos de examinar teve como consequência uma desaceleração do crescimento. A princípio, houve uma desaceleração do ritmo de crescimento da demanda, que, somada aos desajustes dinâmicos entre a estrutura da oferta e da demanda industriais e à existência de um potencial de acumulação crescente, contribuíram para a crise verificada entre 1962 e 1967.

Além dos fatores citados acima, a aceleração do ritmo inflacionário, principalmente a partir de 1959, contribuiu também para o fim desse ciclo expansivo. Dessa maneira, a política econômica, que teve como objetivos cortar a espiral preços-salários e os mecanismos de propagação do déficit público e do déficit do balanço de pagamentos, provocou uma redução da demanda efetiva, o que contribuiu para a desaceleração que se intensificou a partir de 1962.

5. CONCLUSÕES

O objetivo destas conclusões é pôr em destaque as questões consideradas cruciais na análise das duas fases do processo de industrialização do Brasil. Acreditamos que não seja necessário indicar todas as conclusões a que chegamos no decorrer dos parágrafos e capítulos desta monografia, pois certamente não passaram despercebidas à leitura atenciosa.

No que se refere ao conceito de industrialização, concordamos com os pontos de vista de Cardoso de Mello e Conceição Tavares. Assim, o processo de industrialização teve início em 1933, pois a partir desse ano a dinâmica da acumulação começou a se libertar do capital cafeeiro e a depender da expansão industrial. Nesse período, a acumulação tornou-se endógena, ou seja, houve uma internalização da reprodução da força de trabalho e parte crescente do capital constante industriais. No período de 1933 a 1955 ocorreu a fase da chamada industrialização restringida, em que o processo de acumulação de capital tem como limite a sua própria estrutura técnica e financeira para instalar definitivamente o departamento de bens de produção, o que iria permitir que a capacidade produtiva crescesse à frente da demanda final.

No período de 1939 a 1945 a guerra dificultou o desenvolvimento industrial no Brasil, porque provocou uma grande redução das importações de bens de produção, pois durante o conflito os países industrializados foram obrigados a reduzir significativamente as suas exportações, mas, em consequência, o país acumulou grande quantidade de divisas, que foram utilizadas no pós-guerra para a ampliação da capacidade produtiva através da importação de bens de produção, o que viabilizou a expansão industrial e aumentou o dinamismo do processo de substituição de importações.

No pós-guerra, devido aos problemas verificados no balanço de pagamentos e o esgotamento das divisas acumuladas durante a guerra, o Governo adotou um sistema rígido de controles cambiais. Esse sistema, que sofreu várias modificações, não foi eficiente para a solução ou diminuição do desequilíbrio no balanço de pagamentos, todavia foi crucial para o processo de industrialização, pois ao separar as importações em categorias, de acordo com o grau de prioridade, dificultou a importação de bens de consumo acabados, devido à baixa prioridade a eles atribuída, ao mesmo tempo em que estimulou a importação de bens de produção, considerados de absoluta essencialidade.

No período entre 1956 e 1961 foi crucial o papel do Estado e a participação das grandes empresas internacionais para que se verificasse a instalação do núcleo fundamental do departamento de bens de produção. A burguesia industrial nacional não teria capacidade de alcançar a fase da industrialização pesada se não contasse com o apoio do Estado e a presença dos investimentos estrangeiros diretos, pois devido à sua fragilidade econômica não tinha acesso à tecnologia externa, assim como apresentava muitas dificuldades para obtenção de financiamentos internos e externos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRUM, Argemiro Jacob. *O Desenvolvimento Econômico Brasileiro*, 6ª ed., Rio de Janeiro: Vozes, 1985.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Mudanças Sociais na América Latina*, São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1969.

CASTRO, Antônio Barros de. *Sete Ensaios sobre a Economia Brasileira*. 3ª ed., Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1977, vol. 1.

DIB, Maria de Fátima Serro Pombal. *Importações Brasileiras: Políticas de Controle e Determinantes da Demanda*, Rio de Janeiro: 1985 (8º Prêmio BNDES de Economia)

FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*, 21ª ed., São Paulo: Companhia Editorial Nacional, 1986.

FURTADO, Celso. *Um Projeto para o Brasil*. 3ª ed., Rio de Janeiro: Saga, 1968.

HUDDLLE, Donald L. Balanço de Pagamentos e Controle de Câmbio no Brasil: Diretrizes Políticas e Históricas. *Revista Brasileira de Economia*, 18, nº 1, mar. 1964.

MALAN, Pedro. Relações Econômicas Internacionais do Brasil (1945-1964). *História Geral da Civilização Brasileira*, Tomo III, vol. 4, nº 11, 1984, p. 65.

MANTEGA, Guido. *A Economia Política Brasileira*, 3ª ed., São Paulo: Polis/Vozes, 1985.

MARTINS, José de Souza. *O Cativo da Terra*. 2ª ed., São Paulo. LECH, 1981.

MELLO, João Manuel Cardoso de. *O Capitalismo Tardio*. 4ª ed., São Paulo: Brasiliense, 1986.

OLIVEIRA, Francisco de. *A Economia Brasileira: Crítica à Razão Dualista*. 4ª ed., Petrópolis: Vozes, 1981.

OLIVEIRA, Francisco de. *A Economia da Dependência Imperfeita*. 4ª ed., Rio de Janeiro: Graal, 1984.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. *Desenvolvimento e Crise no Brasil*. 12ª ed., São Paulo: Brasiliense, 1982.

PRADO JUNIOR, Caio. *História Econômica do Brasil*, 30ª ed., São Paulo: Brasiliense, 1984.

SILVA, Sérgio. *Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil*, 6ª ed., São Paulo: Alfa-Ômega, 1985.

SINGER, Paul. *A Crise do Milagre - Interpretação Crítica da Economia Brasileira*, 6ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

SINGER, Paul. *Desenvolvimento e Crise*. 2ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

SUZIGAN, Wilson. *Indústria Brasileira: Origem e Desenvolvimento*, São Paulo: Brasiliense, 1986.

TAVARES, Maria da Conceição. *Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro*, 7ª ed., Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1978.

TAVARES, Maria da Conceição. *Acumulação de Capital e Industrialização no Brasil*. 3ª ed., Campinas: Unicamp, 1998.

VIANNA, Sérgio Besserman. *A Política Econômica no Segundo Governo Vargas (1951-1954)*, Rio de Janeiro: 1987 (11º Prêmio BNDES de Economia).

VILLELA, Aníbal Vilanova e SUZIGAN, Wilson. *Política do Governo e Crescimento da Economia Brasileira — 1889-1945*. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1973.